

Ditadura militar em Mato Grosso do Sul: história e historiografia

Suzana Arakaki UFGD¹

Muito se tem pesquisado sobre o regime militar nas diversas regiões brasileiras, todavia, em Mato Grosso do Sul, muito ainda se tem a conhecer. Nos entraves para a produção do conhecimento, ainda se faz sentir a mão forte do Estado dificultando o acesso a arquivos oficiais e, conseqüentemente, impedindo o pleno conhecimento do período ditatorial. Se de um lado antigos arquivos secretos como os do DOPS foram abertos, por outro, o governo insiste na manutenção do sigilo de outros, criando leis que prolongam a angústia de pesquisadores que, ainda que tenham acesso a tais documentos não os podem revelar. Dentre a vasta legislação restritiva, refiro-me ao Decreto 2.134/97 que impede a divulgação, por cem anos, de documentos que possam comprometer “a intimidade e a honra das pessoas”(FICO, 2004, P.125). Postergando o conhecimento histórico, o Estado faz com que:

[...] a ditadura militar, de algum modo, continua nos assombrando, tanto são os ‘cadáveres insepultos’. Isso talvez decorra do fato de que o modelo brasileiro de retorno à democracia (talvez disséssemos melhor de ‘saída da ditadura’) se baseou em satisfações incompletas: a anistia também dada aos torturadores [...] tudo decorrente por vezes celebrado *topos* da cultura brasileira, a conciliabilidade. (FICO, 2004, p. 125)

Corroborando com o espírito conciliatório, segue-se ao artigo do ex-ministro da Defesa, um outro, este, do General Carlos de Meira Mattos que, por ocasião de 64, quando ainda era coronel do Exército e encontrava-se sediado em Cuiabá, protagonizou a participação de Mato Grosso no golpe de 64. Segundo Rubens de Mendonça em *História das Revoluções em Mato Grosso*, o então coronel saiu de Cuiabá com seu destacamento para “tomar Brasília” e constituiu-se, na memória mato-grossense, num grande herói da *revolução* (MENDONÇA, 1970). Aliado de primeira ordem dos udenistas mato-grossenses, Meira Mattos agiu também nos bastidores do golpe no estado, conforme fartamente demonstrado no livro de memórias do líder udenista

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e professora assistente do curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

regional Demóstenes Martins. Passados mais de 40 anos, as reflexões do general sobre o golpe, espelham o entendimento das Forças Armadas. Enaltecendo o movimento golpista, o general defende a revolução e combate a contestação do termo afirmando:

[...] Meu propósito como membro de vários institutos históricos, foi reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação. A derrubada do governo João Goulart não foi um golpe militar, como hoje insistem em tachar e propagar certos setores políticos e da imprensa. (MEIRA MATTOS, 2004)

Referi-me às obras memorialísticas, e uma delas, é uma poesia, publicado em forma do opúsculo *VERDE A LIBERDADE, flagrantes da revolução em Mato Grosso*, composta por 404 estrofes, escrita por um ex-deputado petebista, preso logo após o golpe de 64. Embora a nota do editor afirme que tal poesia foi escrita na prisão, a riqueza de detalhes indica que apenas seu início se deu na prisão. A citação de lugares e acontecimentos posteriores ao golpe aponta para um período maior de tempo, em relação ao que permaneceu preso. Em *Verde a Liberdade, flagrantes da revolução em Mato Grosso*, o poeta ex-presos político aponta fatos e acontecimentos ocorridos no então estado de Mato Grosso, logo após o golpe de 64. Indicando nomes e cidades, é possível detectar como forças contrárias a João Goulart se articularam para finalmente tomar o poder. Em várias cidades mato-grossenses também houve demissões arbitrárias de funcionários públicos, perseguições e atemorizações de civis, prisões e cassações.

A bibliografia sobre a ditadura militar é extensa e contempla seus vários aspectos. Todavia, passados mais de 40 anos do golpe, temos por balanço incontáveis obras publicadas e a imprensa tem se dedicado ao assunto à exaustão. Em 2004, por ocasião do 40 anos do golpe, com exceção do general Meira Mattos que exaltou a “sua revolução” através dos jornais, as demais publicações traduziram-se em reflexões e balanços, alguns inconclusos, revelando que o tema ainda suscita maiores análises, posição já anteriormente indicada, quando o golpe completou 30 anos. Naquela ocasião Caio Navarro de Toledo organizou *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, contemplando as reflexões de vários pesquisadores de diferentes áreas.

Seguiram-se várias outras publicações como *Dossiê Geisel*, de Celso Castro e Maria Celina D’Araújo, produzida a partir do arquivo particular do ex-presidente, e a série produzida por Elio Gaspari, a partir dos arquivos do ex-general Golbery do Couto e Silva, ambas, apresentando novas reflexões.

Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar, de Carlos Fico, publicado em 2004, apresenta um balanço historiográfico indicando a farta produção acadêmica ou memorialística, fruto de pesquisas sobre o tema ao longo de quarenta anos. De historiadores nacionais ou brasilianistas, com interpretações diversas, essas produções demonstram o interesse que o tema desperta, revelando-se um tema ainda por esgotar-se. A ditadura militar, nas palavras de Fico, permanece um “cadáver insepulto”.

O denso levantamento bibliográfico realizado por Carlos Fico e sua equipe possibilitou a edição de um “guia bibliográfico” sobre o regime militar, contemplando toda sorte de produção sobre o tema. Todavia, em que pese a diversidade da produção levantada, é escassa a historiografia sobre a temática em relação ao estado de Mato Grosso do Sul. Como já afirmado, algumas obras memorialísticas e apenas duas produções acadêmicas perfazem o acervo literário sobre o tema.

Tais obras da memória do golpe, ainda que reveladoras, foram produzidas por segmentos com interesses diversos que a da produção historiográfica, revelando desejos incontidos de justificação ou protesto, de ações perpetradas ou sofridas.

Obras que utilizadas com a devida cautela, indicaram uma longa caminhada para o desvendamento da história regional no que tange ao regime militar que, no caso de Mato Grosso do Sul, ainda está por ser conhecida.

A produção historiográfica até o momento restringe-se às pesquisas dos docentes em História da UFMS, entre as quais, sobre o período de 64, a dissertação de Mestrado do Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, intitulada *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia*, nos entremeios de uma pretensa revolução, defendida na Unesp/Assis em 1994, e publicada em 2009 pela editora UFGD. E mesmo no estado vizinho, o de Mato Grosso, raras foram as pesquisas na área, limitadas ao Programa de Mestrado mantida pela UFMT.

Em nossas incursões a bibliotecas, hemerotecas e arquivos, encontramos no estado vizinho apenas uma dissertação sobre o tema e delimitado à atuação de uma guerrilheira nascida na cidade de Jaciara-MT, com pouquíssimas referências à historiografia regional.

1964: o golpe em Mato Grosso

A elaboração do campo de apoio ao golpe militar de 64, que há muito vinha sendo construída, além dos setores dominantes, envolveu grande parte da sociedade civil. Por outro lado, significou a identificação dos adversários a serem combatidos, assim recaiu a punição sobre os que, direta ou indiretamente haviam apoiado o projeto político do Governo Goulart. Paralelamente à mobilização de manifestação de apoio, efetivou-se a caça aos suspeitos.

O estado de Mato Grosso em 64 tinha um governo udenista. No sul do estado todavia, o PTB era considerado um partido forte, precisamente na cidade de Dourados onde foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND que era tida como o modelo do Projeto Marcha para Oeste, o projeto colonizador de Getúlio Vargas. Sendo João Goulart o herdeiro político de Vargas, seus seguidores, a maioria colonos da CAND, tornaram-se alvo de perseguições políticas. Petebistas eram chamados de comunistas.

Esse momento de perseguição aos adversários não foi objeto de notícia, produção de artigos ou reportagem na imprensa local. O silenciamento é relevante, possível estratégia para não causar maior insegurança, legitimar e ampliar o apoio ao novo governo. Somente, quase três meses após o golpe, na edição de 24 de junho de 1964, é que começaram a ser publicadas as notícias de prisão de inúmeras pessoas. Todavia, não se tratavam de matérias jornalísticas, mas de notas oficiais, intituladas “Declaração”, assinadas pelo Cel. Alfredo Aristarcho Leygrand Marquesi, do 11º R.C. Consta nas mesmas que a detenção dos suspeitos ocorreu para que fossem “submetidos à averiguação sobre suas atitudes e participação, tendo sido postos em liberdade por não ter sido apurado até agora que estivessem participando de forma comprometedor de tal tipo de atividades [...]”.² Entre os detidos constou o nome do ex-vereador Gumercindo Bianchi, cujo mandato legislativo fora cassado na noite de 19 de abril de 1964.

Entretanto, encontramos narrativas de prisões e perseguições, de natureza variada, que ocorreram imediatamente após o golpe, registradas em entrevistas concedidas ao Projeto de História Oral desenvolvidos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Dourados *Ressonância do Golpe de 64 e Memória de pioneiros*.

Várias entrevistas analisadas dão conta de inúmeras prisões, principalmente de pessoas ligadas ao PTB e também de colonos residentes na CAND ou ainda na cidade de Itaporã, então distrito de Dourados. Entre outros aspectos, comentaram a existência dos Grupos de Onze. Na verdade, os Grupos de Onze tratavam-se de uma estratégia de resistência coordenada por Leonel Brizola que, desde a renúncia de Jânio Quadros, organizara uma extensa rede de apoio a João

² *O Progresso*, 24 mai. 64.

Goulart. Para garantir a posse de João Goulart e com o apoio do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola declarou-se disposto a pegar em armas para garantir respeito à Constituição e passou a exigir seu cumprimento, diga-se, a posse do vice-presidente eleito. Organizou uma rede de emissoras de rádio, denominada de Cadeia da Legalidade, ganhando apoio da opinião pública.

A partir desse entendimento preliminar, é possível concluir que as prisões ocorridas após o golpe de 64, deram-se em face da resistência que esses grupos poderiam oferecer ao novo regime. De fato, o que se pode constatar nas entrevistas concedidas para o projeto *Ressonâncias do Golpe de 64*, é que as prisões, na maioria, envolviam partidários do PTB e que teriam ligações com os Grupos de Onze.

Segundo Gorender, por ocasião do golpe de 64, os Grupos de Onze chegavam a 24 mil militantes em todo país, todavia, nada se sabia de sua estratégia de ação. Quanto à atitude de Brizola que, em 31 de março, tomara a capital do estado do Rio Grande do Sul, sob proteção do III Comando do Exército, afirma que cometeu um erro estratégico: “[...] não fez o que podia consolidar a frente antigolpista: a instalação de um governo provisório alternativo na capital do Estado”.³

Na região de Dourados, as prisões que se seguiram ao golpe, buscavam exatamente detectar a presença de adeptos de Brizola e de seus supostos grupos de guerrilha. Depoimentos dos entrevistados, presos por ocasião do golpe em Dourados, evidenciam essa preocupação. Atílio Torraca Filho, membro do diretório do PTB, conta que, logo após o golpe, ao saber que seria preso, ausentou-se da cidade e quinze dias depois retornou, apresentando-se à polícia. A seguir foi intimado a depor no quartel do Exército, na cidade de Nioaque. Conta que lhe foram feitas duas perguntas: É petebista? É do Grupos de Onze? Torraca costuma dizer que respondeu apenas um sim: era petebista.⁴

A mágoa de Torraca contra o regime militar fundamenta-se na perseguição imposta contra petebistas, pessoas que, segundo ele, apenas trabalhavam em prol da

³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 134.

⁴ Durante o período de verificação das fontes para esta pesquisa, estivemos na unidade do exército da cidade de Nioaque, para confirmar a prisão de Torraca, todavia, nada nos foi confirmado. Não havia nenhum documento do período arquivado e não nos informaram aonde poderíamos localizar. Tampouco souberam informar onde poderia estar. Tivemos confirmação apenas do comandante da unidade no ano de 64, coronel Nicanor de Sá, que confere com as informações do entrevistado.

implantação das Reformas de Base defendidas por Brizola. Junto aos demais membros do diretório municipal, mantinham subdiretórios do partido nos distritos e na antiga CAND onde:

[...] traçávamos planos para administrar dentro do móveis (sic) democrático, dentro daquilo que era permitido por lei, no entanto, veio o golpe de 64 e taxou-nos de subversivos, de comunistas, de porção de coisa qual realmente não era.⁵

Nas reuniões discutiam-se abertamente as condições de trabalho, a participação do empregado nos lucros das empresas, planos para implantar a reforma agrária, assuntos que naquela época eram considerados subversivos, bem ao contrário de hoje, afirma Torraca. Ainda segundo o entrevistado, o modelo de reforma agrária foi a CAND, implantada por Getúlio Vargas: “[...] a nossa Colônia Agrícola Nacional de Dourados, implantada em 1943, por Getúlio Vargas que foi uma demonstração verdadeira de reforma agrária.”

O golpe de 64 atingiu principalmente o PTB, porque este partido:

[...] foi um partido que cresceu, nasceu da massa, cresceu e já em 64 se destacava com maior número de parlamentares[...] seguido pelo PSD e UDN, que eram realmente nossos adversários então em função do trabalhismo empregava um socialismo democrático, já pregava naquela época o socialismo democrático [...] então em função disso o PTB foi o alvo da revolução de 64 feita por militares, mas que gera um respaldo dos civis pertencente quase todos da antiga UDN e também do PSD.⁶

Torraca refere-se ao Comando de Caça aos Comunistas, o CCC douradense, como composto por elementos civis, tais como Celso Muller do Amaral e Dalmário Vicente de Almeida, ambos citados por diversos entrevistados. Na cidade de Itaporã, o CCC foi coordenado por Dalmário. Seu modo peculiar de forçar cooperação ao seu intento era o de ameaçar as pessoas do lugar a caçar e prender “comunistas” sob pena de serem considerados como tais, caso se recusassem a fazê-lo. Os colonos eram presos e trazidos para a delegacia de polícia de Dourados. Um dos entrevistados, Aurenô Cordeiro, vereador em Itaporã à época do golpe, conta que Dalmário:

⁵ Entrevista de Atílio Torraca op. cit.

⁶ Entrevista de Atílio Torraca, op. cit.

[...] chegou em Itaporã e disse: quem for a autoridade que não prender os comunistas, vai ser preso, citou um exemplo, que em Dourados já tinha sido preso um promotor, tinha sido preso mais alguém, que eu não lembro e foi aquele comentário muito grande, então nesse dia um dia após que estourou a revolução, nós começamos ir atrás daquelas pessoas, que naquela época realmente houve um movimento em Itaporã chamado “grupo dos Onze”. Nesse grupo de onze teve algumas pessoas que tomou parte desse grupo e disse que esse pessoal estava se organizando para tomar conta do Brasil [...]. Então nós fomos atrás dessas pessoas.⁷

Conforme se verifica no depoimento do ex-vereador, todos os petebistas eram denominados de comunistas, ligados aos Grupos de Onze liderados por Leonel Brizola. Segundo ele, incitados por Dalmário, vários civis saíram à procura dos partidários de Brizola. Foram presos os petebistas Ricardo Francisco da Silva, Alberto Carneiro, Francisco Moreira além de outros dos quais não se lembra. Todos faziam parte dos Grupos de Onze, alguns eram seus chefes. Eram pessoas conhecidas na cidade, pois defendiam abertamente a implantação da reforma agrária, assunto de comunista.

Ainda na cidade de Itaporã, antiga Colônia Municipal de Dourados, também os colonos foram perseguidos e presos. Pessoas simples, todavia simpatizantes de Brizola, como o leiteiro José Veríssimo de Oliveira, casado, e pai de três filhos pequenos. A viúva, dona Valdeci, conta que o marido foi preso logo após o golpe porque admirava o partido trabalhista, mas não fazia parte de nenhum movimento subversivo. O marido foi preso no dia seis de abril quando colhia arroz na roça da família, na Colônia Santa Terezinha, distrito da cidade.

Já em Dourados, na região da CAND, vários colonos também foram presos. Todos petebistas acusados de comunistas e de participação nos Grupos de Onze. Noel Bernardo da Silva, dono de lote da colônia, conta que seu pai e irmãos foram todos presos, denunciados por conhecidos e vizinhos acusados de pertencer aos Grupos de Onze, porque eram partidários do PTB. Ao se lembrar do período, Sr. Noel desabafou:

Sofri, fui preso, foi seis polícia me pegá em casa, me prendero e falaram que ia me matá, ia me jogá no rio, outra vez ia levá e mandá prá Cuba e assim meus irmãos, minha família tudo foi

⁷ Entrevista de Aurenô Cordeiro, concedida a Marilene Aguero Rivarola. Projeto *Ressonâncias*, 1996.

perseguida e vigiado demais. Companheiros apanharam, vi apanhá na minha frente. [...] ele alegava que nós era comunista, né, [...], eu ainda falei prá ele: se for comunista, comunista é bom. Nunca fui preso, é a primeira vez. A minha vida é só trabalhar em lavoura muito grande e onde se colhia 200 e 300 saco de feijão, então se uns home desse for comunista, então comunista é bom.⁸

O colono, como toda sua família, era petebista por simpatia a Getúlio Vargas. Na opinião deles, Vargas pensou nos pobres ao implantar a Colônia Federal, que tinha sido muito bom para os pobres a quem tinha distribuído terra.

A perseguição política praticada contra os petebistas vinha, sobretudo, de partidários da UDN. Perciliano Bueno Cavalheiro, cartorário em Dourados desde 1959, conta que foi preso por dar “vivas ao Brizola”. Afirma que foi:

[...] surpreendido na estrada por uma equipe da polícia, e fui preso [...] como um criminoso qualquer, sujeito a tanta humilhação, me puseram sentado no jipe atrás, sem poder me sentar [...] e fui conduzido à delegacia e lá num cubículo infecto onde no máximo cabiam 15 detentos, estávamos em 45 pessoas, tudo como se fôssemos criminosos, tratados com a maior humilhação, cujo delegado um tal de capitão Azambuja, pobre boneco, manobrado pela cúpula da UDN local, nada falava, nada dizia, só dizia que estava no país um outro regime[...]. No dia seguinte, mandou me chamar e disse que eu estava preso, porque estava dando vivas a Brizola, com dois revólveres na cinta, gritando “viva Brizola! viva Brizola!”, tudo mentira, tudo invencionice[...].⁹

O drama dos presos, ainda segundo Perciliano, travava-se numa cela de nove metros quadrados, sob um calor infernal. Situação que se amenizava com a ajuda de pessoas como o prefeito da cidade, Napoleão Francisco de Souza, que providenciava água e sanduíches. Durante sua permanência na delegacia, viu chegarem carros e carros trazendo presos de diversas localidades, como de Bocajá, Carumbé e Itaporã que [...] eram adentrados nos cubículos, nas celas, com aqueles soldados mal-humorados, xingando de comunistas. Perciliano foi solto com a ajuda de seu compadre Nilo Peçanha de Oliveira, partidário da UDN. Em 1966, Perciliano elegeu-se vereador.

⁸ Entrevista de Noel Bernardino da Silva, concedida a Leila Gonçalves Campo. *Projeto Ressonâncias*, 1997.

⁹ Entrevista de Perciliano Bueno Cavalheiro, concedida a Maria Jose Bueno Cavalheiro. *Projeto Ressonância*, 1996.

A existência dos Grupos de Onze na região de Dourados é confirmada pelo ex-petebista Harrison de Figueiredo, preso duas vezes durante o regime militar. A primeira prisão ocorreu logo após o golpe. Era petebista atuante e afirma que a atuação dos Grupos de Onze na região de Dourados, nada tinha a ver com as formas descritas pelos militares. Não havia células de resistências, armamentos ou planos subversivos. A atuação do partido consistia na conscientização dos partidários, junto aos colonos, muitos deles também petebistas. Faziam reuniões nas áreas rurais, onde discutiam os assuntos ligados às Reformas de Base. Ou seja, discutiam questões sociais, as quais seriam de alguma forma resolvidas com a implantação das reformas propostas por Jango.¹⁰

A prisão de Harrison de Figueiredo foi narrada por Umbelina Câmara Galvão, na época, cunhada de Harrison. A família de dona Umbelina foi fortemente atingida. Foram presos: seu marido, o irmão, o cunhado e ela própria. Segundo dona Umbelina, Harrison foi denunciado por um vizinho. A polícia foi até sua casa, reviraram tudo, até mesmo os livros escolares das crianças. Não tendo encontrado nada e, na ausência de Harrison, a polícia deteve a esposa de Harrison, Madalena, para que ela indicasse o paradeiro do marido. Com a detenção da esposa, Harrison decidiu se entregar à polícia. Mas, quem o deteve foi um civil, Dalmário Vicente de Almeida. Permaneceu dias preso até a chegada do exército.¹¹

Na região da CAND, logo após o golpe, muitos colonos foram presos, mas foram liberados, pois não havia provas de qualquer fato que os incriminasse. Alguns ficaram vários dias ou semanas detidos, sofrendo pressões psicológicas. O método de intimidação mais utilizado pelos policiais consistia na remoção de presos na calada da noite, sendo que, logo após a retirada do preso da cela, tiros eram ouvidos lá fora.

Após serem liberados, os colonos passaram a ser discriminados em seus locais de origem. Eram apontados como comunistas por pessoas de outros partidos políticos. Uma espécie de temor atingiu toda colônia, confundindo petebismo com comunismo. Eram pessoas simples, sem cultura letrada. Quanto às perseguições na CAND, recaíram, sobretudo nos colonos e que, por causa da existência de supostos Grupos de Onze na As

¹⁰ Entrevista de Harrison de Figueiredo, concedida a Prof. Wilson Valentin Biasotto. Projeto *Ressonâncias*, 1997.

¹¹ Entrevista de Umbelina Câmara Galvão, concedida a Analina Ferreira. Projeto *Memória de Pioneiros*, 1997.

perseguições não se restringiram somente aos colonos identificados com o PTB, voltando-se também contra o poder legislativo, atingindo os representantes do PTB na Câmara de Vereadores. No campo partidário, as perseguições iniciaram-se na própria noite do dia 31 de março de 1964. A 49^o sessão da Câmara de Vereadores desse dia, contou com a presença do Prefeito Municipal Napoleão Francisco de Souza e de uma comissão de senhoras, as mesmas foram convidadas a assistirem aos trabalhos.¹²

Em sessão ordinária, ao início dos trabalhos do legislativo municipal às 19:30 horas, ainda não se tinha conhecimento da saída de Jango da presidência.

No legislativo douradense, na primeira sessão seguinte após o dia do golpe, a cassação do mandato de Janary Carneiro Santiago foi requerida pelo vereador Cider Cerzósimo de Souza, em razão de o referido vereador ter se declarado e se manifestado a favor do Partido Comunista. Por sua vez, a cassação do mandato de Gumercindo Bianchi foi requerida pelo vereador Ataulfo de Mattos, pelo mesmo motivo: simpatizava com o comunismo.¹³

Os vereadores Janary e Gumercindo não estavam presentes nessa sessão e o requerimento para cassação de seus mandatos foi feito oralmente, pelos vereadores requerentes. Nenhuma anotação quanto à troca de governo se fez na Ata, apenas uma manifestação de apoio, representada pelo requerimento do vereador Ismain Audi, e oficializar aos “Ministros das três armas e governadores, que democraticamente souberam impedir (sic) a infiltração do comunismo no Brasil”. Os dois vereadores foram cassados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2003.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2005.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados MS: EdUEMS, 2008.

¹² Ata da Câmara de Vereadores de Dourados, 31 mar. 1964, p. 166.

¹³ Ata da 50^a Assembléia da Câmara de Vereadores, de 7 abr. 1964.

ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. *Paixões políticas em tempos revolucionários: nos caminhos da militância, o percurso de Jane Vanini (1964-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). UFMT, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2000.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro:

BIASOTTO, Wilson Valentin. *Ressonâncias do golpe de 64*. Projeto de História Oral. UFMS, s/d.

CASTRO, Castro, D'ARAÚJO, Maria Celina. *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, s/d.

MENDONÇA, Rubens. *História das revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1970.

SOUZA, Pedro Luiz de. *Verde a Liberdade, flagrantes da revolução em Mato Grosso*. Campo Grande: Gráfica Ruy Barbosa, 1965.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). *1964 visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.